

**Comunicação da Comissão que altera o quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica**

(2009/C 261/02)

**1. INTRODUÇÃO**

O quadro temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica é aplicável entre 17 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2010<sup>(1)</sup>.

A possibilidade prevista no ponto 4.2 de conceder um montante limitado de auxílio compatível não se aplica às empresas do sector da produção primária de produtos agrícolas. Contudo, os agricultores vêem-se confrontados com dificuldades cada vez maiores na obtenção de crédito, em consequência da crise financeira.

Na sequência da Comunicação da Comissão ao Conselho sobre a situação do mercado do leite e dos produtos lácteos em 2009, de 22 de Julho de 2009 [SEC(2009) 1050], e das conclusões do Conselho de Ministros da Agricultura, de 7 de Setembro de 2009, é conveniente introduzir um montante limitado separado de auxílio compatível para as empresas do sector da produção primária de produtos agrícolas.

**2. ALTERAÇÕES AO QUADRO COMUNITÁRIO TEMPORÁRIO**

As seguintes alterações ao quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica entrarão em vigor em 28 de Outubro de 2009:

1. O ponto 4.2.2, alínea g), passa a ter a seguinte redacção:

«Antes da concessão do auxílio, o Estado-Membro deve obter uma declaração da empresa em causa, por escrito ou sob forma electrónica, sobre quaisquer outros auxílios *de minimis* e auxílios ao abrigo da presente medida, recebidos durante o presente exercício financeiro, e verificar se este não eleva o montante total do auxílio recebido pelo beneficiário durante o período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2010 para um nível superior ao limite máximo de

500 000 EUR, ou 15 000 EUR, no caso de auxílios a empresas do sector da produção primária de produtos agrícolas<sup>(2)</sup>;».

2. O ponto 4.2.2, alínea h), passa a ter a seguinte redacção:

«O regime de auxílio seja aplicável, enquanto tal, às empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas<sup>(3)</sup>, a não ser que o auxílio esteja subordinado à condição de ser total ou parcialmente cedido a produtores primários. Caso o auxílio seja concedido a empresas do sector da produção primária de produtos agrícolas (quer directamente, quer cedido por empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas), o equivalente-subvenção pecuniário (ou equivalente-subvenção bruto) não deve exceder 15 000 EUR por empresa; o auxílio às empresas do sector da produção primária de produtos agrícolas não é determinado em função do preço ou da quantidade dos produtos colocados no mercado; o auxílio às empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas não é determinado em função do preço ou da quantidade dos produtos adquiridos aos produtores primários ou colocados no mercado pelas empresas em causa.».

3. O ponto 4.7, segundo parágrafo, passa a ter a seguinte redacção:

«As medidas de auxílio temporário previstas na presente Comunicação não podem ser cumuladas com auxílios abrangidos pelos regulamentos *de minimis* a favor dos mesmos custos elegíveis. Se a empresa tiver já recebido um auxílio *de minimis* antes da entrada em vigor do presente quadro temporário, a soma do montante do auxílio recebido ao abrigo de medidas abrangidas pelo ponto 4.2 da presente Comunicação e do auxílio *de minimis* recebido não pode exceder o montante de 500 000 EUR, ou 15 000 EUR, no caso de um auxílio a produtores agrícolas primários, entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2010. O montante do auxílio *de minimis* recebido após 1 de Janeiro de 2008 deve ser deduzido do montante de auxílio compatível concedido com o mesmo objectivo ao abrigo dos pontos 4.3, 4.4, 4.5 ou 4.6.».

<sup>(1)</sup> JO C 83 de 7.4.2009, p. 1 (versão consolidada que inclui as alterações introduzidas pela Comunicação da Comissão de 25 de Fevereiro de 2009).

<sup>(2)</sup> Ver definição no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1857/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas que se dedicam à produção de produtos agrícolas e que altera o Regulamento (CE) n.º 70/2001 (JO L 358 de 16.12.2006, p. 3).

<sup>(3)</sup> Ver definições nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1857/2006.